

MONITOR

MARÇO 2024



CADEIA DE RESPONSABILIDADES

Com operações que vão da lavoura ao processamento, a gigante Cargill está relacionada a desmatamento, uso de mão de obra escrava e outras violações de direitos humanos e ambientais

MONITOR #21

EXPEDIENTE

Março de 2024

COORDENAÇÃO

André Campos

EDIÇÃO

Bruna Borges e Naira Hofmeister

PESQUISA E TEXTO

Gil Alessi, Poliana Dallabrida, Isabel Harari,
Naira Hofmeister e André Campos

COLABORAÇÃO

Daniel Camargos, Daniel Haïdar, Thais Lazzeri,
Andrew Wasley, Alexandra Heal, Lucy Jordan, Alice
Ross, Tatiana Merlino, João Peres
e Leonardo Fuhrmann

FOTOS

Paul Sableman, Flickr, licença CC BY 2.0 (capa, pág. 23)
Fernando Martinho - Repórter Brasil
(pág. 5, 8, 9, 12, 13, 16 e 21)
Felipe Abreu - O Joio e o Trigo (pág. 11)
Pedro Ladeira - Greenpeace (pág. 10)
Sidney Oliveira - Agência Pará (pág. 14)
Mariana Greif - Repórter Brasil (pág. 17 e 18)

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E INFOGRAFIA

Débora De Maio | Estúdio AVOA

Monitor é o boletim da **Repórter Brasil**
que divulga estudos sobre cadeias produtivas

Saiba mais sobre a missão, a equipe,
as prestações de contas e os financiadores
da **Repórter Brasil** em:
[REPORTERBRASIL.ORG.BR/QUEM-SOMOS](https://reporterbrasil.org.br/quem-somos)

Esta obra está licenciada com uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 International.

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Victória Perino Rosa

ENDEREÇO

Rua Amália de Noronha, 151
Conj. 605 - São Paulo - SP
Brasil CEP 05410-010

CONTATOS

✉ contato@reporterbrasil.org.br

📘 **ONGReporterBrasil**

📱 **@reporterb**

(55 11) **2506-6570**

(55 11) **2506-6562**

(55 11) **2506-6576**

(55 11) **2506-6574**



SUMÁRIO

4

Introdução

9

*Meio ambiente
e comunidades tradicionais*

14

*Trabalho escravo
e violações trabalhistas*

17

Obras de infraestrutura

21

Problema familiar

23

Posicionamento da Cargill

25

Notas

INTRODUÇÃO

Fundada em 1865, nos Estados Unidos, a Cargill chega aos dias de hoje como o maior conglomerado do agronegócio do mundo. Com cerca de 160.000 funcionários¹, a companhia está presente em mais de 70 países e tem importante participação nos mercados de grãos, ração animal, alimentos, biocombustíveis e óleos vegetais². Em 2022, suas receitas superaram US\$ 165 bilhões³, fazendo dela a maior empresa privada de capital fechado dos Estados Unidos⁴. Ela é propriedade da família Cargill-MacMillan, que atualmente conta com 12 bilionários entre seus herdeiros, que ocupam a posição de 11ª família mais rica do mundo.⁵

Com presença no Brasil desde 1965, a Cargill possui “unidades industriais, armazéns, terminais portuários e escritórios em 147 municípios” de 17 estados⁶ e conta com mais de 11.000 funcionários. No país a empresa atua principalmente nos setores de biocombustíveis, grãos, cacau, chocolate e nutrição animal⁷. É dona de inúmeras marcas do setor alimentício, sendo as principais o óleo para cozinha Liza e os molhos de tomate Pomarola⁸.

A companhia ocupa a liderança nas vendas internacionais de milho e soja⁹ oriundas do território brasileiro. Os negócios da empresa no Brasil movimentaram em 2021 receitas superiores a R\$ 100 bilhões¹⁰. Neste mesmo ano, a Cargill investiu R\$ 1 bilhão no país.

CARGILL NO BRASIL

11 MIL funcionários

147 MUNICÍPIOS distribuídos em 17 estados

R\$ 100 BILHÕES é a receita de 2021

Fontes: Cargill¹⁴ e Revista Forbes¹⁵

No setor de cacau, a Cargill divide com outras duas multinacionais, a Olam e a Barry Callebaut, 97% do mercado brasileiro¹¹. As atividades deste setor estão concentradas na região de Ilhéus, na Bahia. Para além das atividades produtivas, a companhia opera importantes centros logísticos no país, como o terminal graneleiro no Porto Organizado de Santarém, no estado do Pará. A unidade, construída pela própria empresa, começou a operar em 2003, e tem capacidade para “cinco milhões de toneladas de grãos ao ano e armazenagem de 114 mil toneladas”¹² de soja e milho. Os grãos são produzidos principalmente no Mato Grosso, Rondônia e Pará, e chegam ao local por via fluvial ou rodoviária.

O principal destino dos grãos escoados pela Cargill pelo terminal de Santarém são China, Reino Unido, Holanda, França, Espanha e Itália¹³. A rede logística da empresa também compreende outros sete terminais, nos portos de Santos (SP), Miritituba (PA), Paranaguá (PR) e Porto Velho (RO).



Porto em Rondônia que é usado pela Bertolini para transportar grãos da Cargill. Funcionários do terminal se queixaram de violações de normas de segurança que resultaram em acidentes de trabalho

PACTOS AMBIENTAIS E COMPROMISSOS

No Brasil, a Cargill é signatária de importantes acordos setoriais com foco em meio ambiente e direitos humanos¹⁶. São eles a Cocoa Action, que visa o desenvolvimento sustentável da cadeia de cacau; a Moratória da Soja, que veda a compra de soja produzida em áreas desmatadas após 2008 no bioma amazônico; o Protocolo Verde dos Grãos do Pará, que estabelece critérios para a compra responsável de grãos das fazendas no estado; e a Soft Commodities Forum, uma plataforma de companhias de *commodities* de alimentos com foco em ações de sustentabilidade.

A empresa também integra o Pacto Global para Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, que é uma “iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras”¹⁷.

Em novembro de 2023, a Cargill anunciou que vai acelerar o compromisso de eliminação do desmatamento e de abertura de novas áreas para a lavoura de sua cadeia de suprimentos direta e indireta no Brasil, Argentina e Uruguai até 2025.¹⁸ Já existia um compromisso anterior que mencionava o mesmo objetivo que seria alcançado até 2030. Para alcançar este objetivo, a companhia tem como meta erradicar o desmatamento na cadeia da soja nos biomas Amazônia e Cerrado até 2025¹⁹. De acordo com uma estimativa da empresa, atualmente 96% de seus fornecedores diretos no Brasil já estão alinhados com a meta.

PRINCIPAIS SETORES DA CARGILL NO PAÍS



BIOCOMBUSTÍVEL



GRÃOS



RAÇÃO
ANIMAL



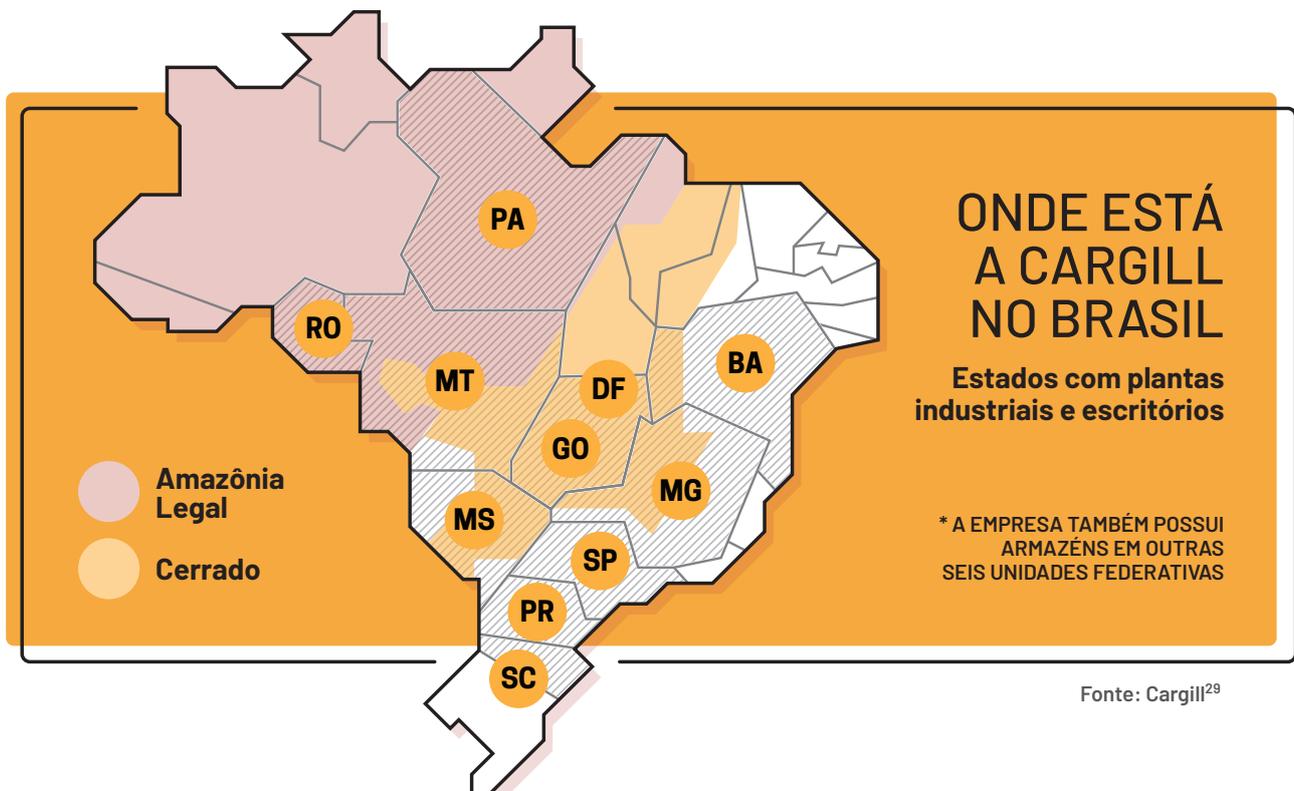
CHOCOLATE
E CACAU

Fonte: Cargill²⁰

Para conseguir monitorar seus fornecedores de grãos, a Cargill alega ter mapeado “100% das áreas fornecedoras de soja no MATOPIBA [região que compreende a divisa entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia]”²¹. Este seria um passo inicial para fiscalizar os produtores e ter “uma cadeia produtiva livre de desmatamento”.

O CONTEXTO AMBIENTAL BRASILEIRO

A Cargill opera em dois dos ecossistemas mais importantes do Brasil. Ela possui unidades de produção, armazenamento e escoamento de grãos em três dos estados que integram a Amazônia Legal (Pará, Mato Grosso e Rondônia), e em seis unidades da federação incluídas no Cerrado (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná, São Paulo)²². Também tem uma fábrica de nutrição animal em Chapecó, em Santa Catarina.



Estes dois biomas apresentaram altas taxas de perda da mata nativa durante os anos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)²³. A administração do ex-presidente ficou marcada pelo que seus críticos

apontaram como desregulação legislativa, enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e incentivo ao desmatamento²⁴.

Já no atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelados no início de novembro apontaram redução de 22% no desmatamento da Amazônia – a menor taxa desde 2019²⁵.

Mas a redução de taxas não se repete no Cerrado. No fim de novembro, o governo divulgou que o desmatamento no cerrado cresceu 3% de agosto de 2022 a julho de 2023, comparado ao período anterior, segundo o sistema Prodes. A área atingida no total ficou em 11.011,7 km². Os anos anteriores também apontaram crescimento do desmatamento no bioma. Em 2020, 2021 e 2022 os índices foram respectivamente, 25%, 8% e 25% na comparação com períodos anteriores.²⁶

O sistema Prodes²⁷ monitora o desmatamento por meio de satélites e divulga dados consolidados anualmente. O monitoramento é realizado pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

O ritmo de destruição deste ecossistema aumentou após 2006, data da criação da Moratória da soja²⁸. Ao mesmo tempo em que houve uma restrição à compra de grãos plantados em áreas abertas na floresta amazônica após 2008, o agronegócio avançou para o Cerrado: nos últimos 20 anos, a área de soja no bioma saltou de 7,5 milhões de hectares, na safra de 2000/2001, para 20 milhões de hectares em 2020/2021, um aumento de quase 170%.

Do ponto de vista de mecanismos de proteção, o Cerrado não está incluído formalmente em pactos setoriais como a Moratória da Soja, que veta negócios com fazendas desmatadas depois de 2008 – o critério é válido apenas para a Amazônia.



MEIO AMBIENTE E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Apesar dos pactos firmados pela Cargill de respeito aos direitos humanos e ambientais, há diversos indícios de que ações da empresa geraram prejuízos para o meio-ambiente e para comunidades tradicionais.

Em abril de 2023 a **Repórter Brasil**³⁰ revelou que a empresa comprou soja da família Lucion, cujas fazendas Santa Ana, em Cláudia, no Mato Grosso, possuem área embargada por queimada e desmatamento irregular. As negociações ocorreram entre 2019 e 2022.

Procurada, a Cargill informou que no momento da compra o produtor não estava incluído em nenhuma lista restritiva e que suas políticas de verificação de fornecedores impedem compras de áreas embargadas.³¹

No caso dos Lucion, as propriedades da família na região incluem outras áreas para além dos 235 hectares onde é proibido plantar. Ou seja,

o embargo incide apenas em parte das fazendas dos Lucion, que também possuem áreas onde o plantio é legalizado. Os advogados da família não retornaram as tentativas de contato da reportagem à época da publicação.

Este caso mostra como, apesar dos procedimentos utilizados pela Cargill e demais *traders* do setor para reduzir o risco de compra de grãos em desacordo com o que prevê a Moratória da Soja, elas não conseguem eliminar por completo essa possibilidade. Isso porque a “lavagem de grãos” – quando um produtor repassa soja irregular misturada ou fazendo-se passar por lotes produzidos em áreas com autorização – é uma realidade no Brasil.

No exemplo específico, a Cargill não apresentou evidências capazes de garantir que isso não ocorreu no caso dos Lucion. Enquanto isso, a venda de “soja pirata” tem sido documentada em investigações no país.³²

LAVAGEM DE GRÃOS:



Quando um produtor mistura produção feita em unidades de conservação, áreas griladas ou embargadas com soja e milho plantados e colhidos legalmente, mascarando a procedência da parte irregular da lavoura.

Outra investigação de janeiro de 2022 da **Repórter Brasil** em parceria com *Unearthed* e o *Bureau of Investigative Journalism*³³ mostrou que a empresa comprou grãos oriundos de uma fazenda em São José do Xingu (MT) que perdeu aproximadamente 800 hectares de floresta entre 2013 e 2015 - ou seja, após o limite temporal estabelecido pela moratória, que é 2008. Segundo documentos obtidos pela reportagem, o produtor rural Gustavo Silva Medeiros, que planta grãos na Fazenda Conquista, firmou um contrato para encaminhar milho aos armazéns da Cargill ao longo da safra de 2022. O produtor confirmou à reportagem que, além de milho, também fornece soja para a empresa.

Fazenda em São José do Xingu (MT) que desmatou entre 2013 e 2015 e só passou a integrar a lista de exclusão da Moratória da Soja em abril de 2022. Documentos mostram que a propriedade firmou um contrato para vender milho a Cargill ao longo da safra de 2022

O bloqueio de fornecedores que plantam soja em áreas desmatadas após 2008 na Amazônia ocorre principalmente através de uma lista de exclusão mantida pelo Grupo de Trabalho da Soja (GTS) - entidade formada por ONGs e empresas e responsável pelo monitoramento da Moratória. A lista é partilhada periodicamente com as empresas signatárias do acordo.

Mas há um certo intervalo de tempo entre a investigação de indícios de irregularidades e, com sua confirmação, a efetiva entrada na lista. O GTS explicou que, no caso da Fazenda Conquista, como o plantio de soja foi na safra anterior (plantio em 2020 e colheita em 2021), ela só entraria na lista de exclusão a partir de abril de 2022.

Por conta disso, as negociações entre a Cargill e a Fazenda Conquista ocorreram apesar de o plantio de soja em áreas de desmate recente, em desacordo com a Moratória, ter sido confirmado pelo GTS.

O caso revelou que há um prazo considerável entre o plantio e a adoção de medidas concretas para bloquear fornecedores, e limitações no sistema de monitoramento da empresa para cumprir os preceitos da Moratória. Tendo em vista o calendário típico de colheita na região - normalmente entre



janeiro e abril – isso pode significar, na prática, vendas de grãos em desacordo com a moratória por até duas safras antes de que fazendas desmatadoras sejam de fato bloqueadas.

Questionada à época das revelações feitas pela **Repórter Brasil**, a Cargill confirmou que mantinha negócios com a Fazenda Conquista, mas alegou que não havia nenhuma restrição relacionada à Moratória da Soja na propriedade³⁴.

Já os donos da fazenda alegaram que a área destinada ao cultivo de soja e milho na propriedade, adquirida em 2018, seria utilizada para atividades agropecuárias desde a década de 1980. “Desde antes de 30.12.1985 não ocorre desmatamento na Fazenda Conquista. O que ocorreu neste período até os dias atuais foi limpeza de pastagens, todas devidamente autorizadas pelos órgãos competentes”³⁵.

CASO DOS INDÍGENAS PARESÍ

Além da Amazônia, os negócios da Cargill no Brasil também têm impactado comunidades tradicionais e indígenas no país. E também nesse contexto a “lavagem de grãos” não detectada por políticas corporativas desempenha um papel importante.

Uma investigação da **Repórter Brasil** e de O Joio e o Trigo publicada em maio de 2023³⁶ mostra que a empresa – juntamente com outras *traders* do setor – compraram soja de fazendeiros multados por plantio em terra indígena embargada no Mato Grosso.

Os produtores rurais foram autuados pelo Ibama por cultivarem irregularmente dentro das terras

indígenas (TIs) Pareci, Utiariti e Rio Formoso, todas do povo Paresí. As negociações de soja e milho ocorreram em 2018 e 2019, período em que havia embargo vigente sobre as áreas.

As notas fiscais de venda dos grãos acessadas pela **Repórter Brasil** não identificam as fazendas dentro das TIs como a local da produção. Isso inviabilizaria os negócios, já que, além de ser ilegal comprar grãos oriundos de terras embargadas, as políticas corporativas das principais *traders* do setor também vedam a aquisição de lavouras produzidas por fazendeiros não-indígenas dentro de terras indígenas.

Os documentos indicam outras propriedades agrícolas como a origem dos grãos, mas todas são vizinhas (em alguns casos, coladas) à TI e pertencentes aos mesmos produtores multados pelo Ibama por levarem adiante lavouras irregulares.



Fazendeiros foram autuados pelo Ibama por cultivo em terra indígena do povo Paresí. Investigação mostra que a Cargill comprou soja de produtores multados

No caso dos indígenas Paresí, a lavagem de grãos foi admitida publicamente por produtores e funcionários públicos que trabalham na região, em uma série de reportagens do programa Globo Rural³⁷, veiculada em março de 2019 – quando já havia embargo sobre a área.

À época da publicação, a Cargill informou que a Abiove, associação de empresas do setor, seria sua porta-voz no caso. A entidade, por sua vez, garantiu que a soja produzida “em áreas embargadas por órgãos de fiscalização ambiental e sobrepostas com Terras Indígenas [entre outros] não entra na cadeia produtiva do setor”³⁸. Mas, embora faça referência “ao potencial risco de triangulação” dos casos apontados pela investigação, a Abiove não se pronunciou especificamente a seu respeito, limitando-se a listar medidas que “são utilizadas rotineiramente” por suas associadas para reduzir o problema³⁹.

Dentre as medidas, a Associação destacou a “análise das rotas entre o imóvel rural embargado e o local de entrega” e a “análise da distância entre os imóveis rurais, utilizando um raio de 150 km”.

AMEAÇA AOS GERAIZEIROS

Outro caso de violações ambientais e de direitos humanos envolvendo a Cargill veio à tona em dezembro de 2019. O relatório do Greenpeace “Cultivando a Violência”⁴⁰ apontou os laços entre a multinacional e violências cometidas por fazendeiros e empresários contra uma comunidade tradicional de geraizeiros em Formosa do Rio Preto, na Bahia.



Geraizeiros que vivem às margens do rio São Francisco. População tradicional sofre pressão do agronegócio e de grileiros

Estas comunidades tradicionais se caracterizam pela criação de pequenos rebanhos em pastos comunitários com baixo impacto ambiental.⁴¹

De acordo com o relatório, a Cargill e outra trader do setor de grãos tomaram conhecimento de violações cometidas pela empresa Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo – de quem compram soja e outros grãos – mas continuaram comprando da empresa⁴².

Em dezembro de 2017 a **Repórter Brasil** revelou a escalada da violência contra a comunidade geraizeira⁴³ – com denúncias de agressões, intimidação com armas e até cerceamento de liberdade – praticados por seguranças da empresa privada Estrela Guia, contratada pela Estrondo.

À época, a reportagem verificou que a Estrondo ergueu guaritas em vias de acesso às comunidades. Estradas foram fechadas com portão e trancadas com cadeados pelos seguranças armados. Para



Cercas e guarita dividem território na tradicional comunidade de Cachoeira em Formosa do Rio Preto (BA)

passar, moradores da comunidade eram obrigados a se identificar e dizer seu destino e quando voltariam. Entre 18h e 6h, a circulação era proibida. “Se alguém ficar doente aqui à noite é obrigado a morrer, porque eles não deixam passar”, disse à **Repórter Brasil**, em 2017, o morador Guilherme Ferreira de Sousa, de 60 anos.

Apesar das denúncias, o relatório do Greenpeace aponta que a Cargill continuou comprando soja produzida na Estrondo. Segundo o documento, a gigante do agronegócio possuía silos próximos a essas guaritas em 2019.

Após a publicação do relatório do Greenpeace, a Cargill informou que a Agronegócio Estrondo “nunca foi fornecedora de soja da empresa”. “A Cargill opera um armazém de grãos na região chamado Estrondo, a cerca de 60 km da área de conflito e do qual não constam acusações legais”, diz a nota, destacando que “quaisquer compras de soja na

região de Estrondo vêm de produtores arrendatários que adquiriram direitos legais de uso da terra”⁴⁴.

Procurada, a Agronegócio Estrondo e a Estrela Guia não se manifestaram.

Em seus relatórios, a Cargill afirma que “respeita e defende os direitos dos trabalhadores, dos povos indígenas e das comunidades locais”⁴⁵. Em outro documento da *trader*, intitulado “Políticas de Direitos Humanos Cargill”⁴⁶, ela se refere especificamente à cadeia da soja na América do Sul, e afirma ter compromisso com “uma cadeia produtiva que respeita e garante os direitos” das comunidades locais.

Neste mesmo documento, a empresa afirma estar “comprometida com o respeito aos recursos da terra e a seu uso por todos, especialmente por indígenas, comunidades locais e grupos e minorias étnicas”.



TRABALHO ESCRAVO E VIOLAÇÕES TRABALHISTAS

A Cargill também está envolvida em episódios de trabalho escravo e violações trabalhistas entre seus fornecedores.

Em setembro de 2023 a 39ª Vara do Trabalho de Salvador(BA) condenou a empresa por práticas de trabalho escravo e infantil em plantações de cacau de seus fornecedores no Brasil⁴⁷.

A Justiça determinou que a Cargill pague uma indenização de R\$ 600 mil por danos morais coletivos, a serem aplicados em projetos de proteção a crianças. Ainda cabe recurso.

Em nota enviada à **Repórter Brasil**, a empresa afirmou que “não tolera tráfico humano, trabalho forçado ou infantil em suas operações ou cadeia de suprimentos”⁴⁸. A multinacional alega ainda que aplica “medidas imediatas” para suspender fornecedores flagrados em violações. A íntegra da manifestação pode ser lida no final deste relatório.

De acordo com os procuradores, a Cargill se omitiu “do dever legal de coibir e prevenir” que seus fornecedores utilizem mão de obra infantil ou que submetam trabalhadores a condições típicas da escravidão. O Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com a ação após compilar diversos flagrantes dessas violações em fornecedores da multinacional.

Em 2010, foram resgatados 42 trabalhadores em uma fazenda de cacau que fornecia para a empresa em Medicilândia, no Pará – no local, havia três menores de idade que ajudavam os pais na colheita. Em 2013, nessa mesma cidade, outro fornecedor da Cargill foi autuado por trabalho infantil. Em 2019, autoridades constataram que essa fazenda ainda explorava crianças.

Um relatório da **Repórter Brasil**⁴⁹ publicado em novembro de 2020 mostrou que pelo menos 148 trabalhadores foram resgatados em fazendas de cacau durante fiscalizações realizadas entre

2005 e 2019 pelo governo federal. Os flagrantes de violações se concentram na Bahia e no Pará, líderes na produção de cacau no Brasil.

O relatório destaca o caso de duas fazendas fiscalizadas pelo governo federal em dezembro de 2018. A inspeção não configurou a situação como trabalho escravo, mas identificou uma série de outras irregularidades no tratamento da mão de obra. Elas incluem lavradores sujeitos a condições precárias de moradia, sendo remunerados abaixo do salário mínimo, sem acesso a equipamentos de proteção obrigatórios e sem acesso a água potável. Toda a produção local era comercializada com um atravessador que, em depoimento às autoridades, confirmou negociar cacau diretamente com a Cargill.

No documento “Políticas de Direitos Humanos Cargill”⁵⁰ a empresa aborda a questão do trabalho escravo. “A Cargill não tolera o uso de nenhuma forma de trabalho forçado ou nenhuma forma de escravidão moderna”, e afirma fomentar formas de “recrutamento responsável”, “transparência nas condições de contratação e trabalho” e “permissão para livre movimento dos trabalhadores”. Segundo a empresa, 16 fazendas foram bloqueadas no primeiro semestre de 2022 por integrar a Lista Suja do trabalho escravo⁵¹.

A “lista suja” é um cadastro do governo federal que lista os empregadores flagrados por fiscais trabalhistas incorrendo no crime. Vale ressaltar que a inclusão de um produtor no documento pode demorar anos após o resgate dos trabalhadores, tendo em vista o trâmite jurídico e a ampla garantia ao direito de defesa. Quanto ao trabalho infantil, a Cargill afirma no mesmo documento que trabalha para “erradicar o trabalho infantil de suas operações e cadeias

de produção”. De acordo com o texto, a empresa implementa sistemas de “devida diligência para identificar e prevenir” o uso de mão de obra de crianças e adolescentes.

“Desde 2016, a Cargill utiliza o Monitoramento de Trabalho Infantil e o Sistema de Remediação (...) para lidar com o trabalho infantil na cadeia de fornecimento de cacau. O monitoramento traz treinadores e agentes locais para visitar as fazendas durante todo o ano, trabalhando com famílias rurais para trazer esclarecimentos sobre o impacto do trabalho infantil, identificando incidentes e implementando programas de mitigação”, afirma a empresa em seu último relatório de sustentabilidade⁵².

CICATRIZES DA SOJA

A comercialização da soja pela Cargill também apresenta casos relacionados a violações contra trabalhadores. Em uma reportagem de abril de 2021, a **Repórter Brasil** contou a história de funcionários da Transportes Bertolini Ltda, empresa que transporta os grãos da Cargill pelo rio Madeira (RO). Os profissionais relataram dedos amputados e perda de visão por conta de acidentes trabalhistas⁵³.

A reportagem ouviu seis trabalhadores da Bertolini. Segundo eles, os acidentes ocorrem após jornadas irregulares de mais de 30 horas sem descanso. Além disso, os funcionários se queixam da exposição à poeira repleta de agrotóxicos do grão e da omissão do empregador. Três deles conseguiram indenizações após entrarem com ações na Justiça.



Célio Albuquerque mostra relatórios que fez quando era integrante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Ele afirma que as empresas responsáveis pelo porto usado para escoar grãos ignoraram avisos sobre riscos de acidentes

O trabalhador Célio Albuquerque, 56 anos, relatou que trabalhava como marinheiro em dois portos de soja movimentando cabos de aço. Ele conta que, após 19 horas seguidas de trabalho, um cabo soltou e atingiu sua cabeça. “Rasgou meu capacete, quebrou meu nariz e acertou meu olho”.

Este acidente poderia ter sido evitado: Albuquerque, que era integrante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), enviou para a empresa seis meses antes do ocorrido um relatório com fotos, mostrando que a estrutura que sustentava o cabo estava avariada.



Célio Albuquerque perdeu a visão do olho direito após um acidente enquanto carregava uma balsa de soja

Procurada à época da publicação, a Transportes Bertolini Ltda (TBL) afirmou que o ambiente de trabalho da empresa “é absolutamente seguro e que são respeitadas rigorosamente todas as normas de medicina e segurança no trabalho, bem como todos os riscos são controlados”.

A Cargill, contratante da TBL, afirmou que eles não são funcionários da empresa e que “realiza monitoramento constante, avaliando todos os fornecedores”.⁵⁴

Apesar de não serem funcionários diretos da Cargill, a legislação brasileira prevê a possibilidade de co-responsabilização da empresa tomadora - no caso, a própria *trader* - por acidentes e violações trabalhistas envolvendo empregados de uma terceirizada.



OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Algumas das obras de infraestrutura da Cargill têm um impacto profundo na organização da sociedade em seu entorno, alterando a demografia local, introduzindo novos problemas e agravando os já existentes. É o caso do porto de embarque e desembarque de grãos mantido pela empresa no município de Itaituba, no Pará.

A estrutura, que opera com uma licença precária há um ano e meio na margem direita do Tapajós, um dos mais importantes rios da Amazônia brasileira, possui capacidade de embarque de 24 mil toneladas por dia, o equivalente a oito barcaças. Ao ano, conseguiria movimentar até 4 milhões de toneladas de grãos⁵⁵.

A Cargill não é a única empresa a operar um porto fluvial em Itaituba. Outras gigantes da soja como a Bunge e a Amaggi, também fazem parte do complexo portuário, que inclui ainda empresas especializadas em logística. De uma pequena vila, a região foi transformada em zona “comercial,

industrial e portuária”⁵⁶, com fluxo intenso de caminhões que abastecem o terminal graneleiro.

A empresa previu o “aumento da população masculina” em seu estudo de impacto ambiental de 2013⁵⁷, que classifica essa mudança como um “efeito negativo” de magnitude “média”. Segundo relatos ouvidos pela reportagem, um dos principais impactos é o aumento da violência sexual de da prostituição na comunidade.

“A violência sexual aqui na nossa região sempre foi forte, mas não podemos fingir que não aumentou”, diz Yasmin Correa, advogada do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) em Itaituba⁵⁸.

A situação é especialmente grave em Campo Verde, distrito a 30 quilômetros de Itaituba. No projeto apresentado em 2013, a Cargill previa a construção de um estacionamento para 150 caminhões dentro da área do porto, mas no ano

seguinte mudou a proposta: reservou apenas 15 vagas em sua área interna para as carretas descarregarem e criou um pátio regulador para 400 caminhões em Campo Verde. “Fica um tanto de menina no meio dessas carretas, mas não chega nenhuma denúncia. É um crime difícil de ser provado”, lamenta Maria José de Barros, coordenadora do Conselho Tutelar de Itaituba.

Em nota, a Cargill disse que “lamenta a tentativa de conexão entre a presença da empresa em Miritituba e os sérios casos de abuso e exploração de crianças e adolescentes”. A empresa informa que levou para a localidade o programa “Na Mão Certa”⁵⁹, desenvolvido pela Childhood Brasil para prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias, o que inclui “treinamentos, campanhas de engajamento, comunicações internas, entre outras atividades” direcionadas à equipe fixa e prestadores de serviço.

IMPACTOS DO PORTO NO POVO MUNDURUKU

Além dos impactos relacionados à exploração sexual em Itaituba, o porto da Cargill também trouxe problemas para o povo indígena Munduruku, que habita a região, com alterações drásticas em seu modo de vida.

Em 2017, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade estabeleceu que a Cargill precisaria realizar um Estudo do Componente Indígena nos territórios Munduruku de Praia do Mangue e Praia do Índio – duas áreas indígenas situadas dentro do município de Itaituba, a poucos quilômetros de distância do núcleo urbano.

Juntos, os dois territórios somam 60 hectares e abrigam quase 300 pessoas. O estudo é uma



Entorno dos pátios de caminhões em Campo Verde virou local de exploração sexual infantil, segundo o Conselho Tutelar de Itaituba.



obrigação prevista em norma federal na Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015⁶⁰. Seu objetivo é antever os impactos específicos sobre esta população. O documento deveria ser entregue no prazo de quatro meses, a contar de abril, quando a licença de operação foi liberada.

Mas só cinco anos mais tarde, em 2021, o plano de trabalho preliminar deste estudo foi protocolado na Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), segundo a própria Cargill. Desde então a Associação dos Terminais Portuários, responsável pelo plano, discute com o órgão indigenista federal melhorias no projeto. “Várias reuniões foram realizadas e comunicações trocadas entre as partes, mas não há um parecer definitivo da Funai para dar seguimento ao tema”, assinala a empresa.

Enquanto isso, os Munduruku ouvidos pela reportagem reclamam do avanço da violência.

Muitas famílias proibiram as crianças de brincarem sozinhas no Tapajós. “As coisas pioraram bastante. Tem muito assalto, muita morte, drogas e prostituição por conta da chegada das empresas”, relata Karo Munduruku, que vive na Praia do Mangue.

Segundo os pescadores, eles não podem se aproximar do complexo portuário por questões de segurança. “O peixe está todo cheio de bagaço de soja. Isso é muito ruim”, condena o cacique Brasilino Painhum Munduruku.

Com o passar do tempo, a dieta tradicional dos indígenas foi sendo substituída por comida industrializada. “Antes não tinha tanta hipertensão e diabetes. Tratamos muitos problemas intestinais devido ao consumo de refrigerantes, salgadinhos e enlatados”, conta Edilene Munduruku, agente de saúde da aldeia Praia do Índio.

NOVO PORTO

A Cargill também tem projeto para instalar um novo porto na região de Abaetetuba (PA). Mas o andamento do projeto está sendo questionado por suspeita de que a área destinada ao terminal hidroviário foi obtida por grilagem de terras. Em junho, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação⁶¹ na Justiça pedindo a suspensão do projeto de implantação do porto. Segundo os procuradores, o terreno previsto para o novo porto está na área do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso.

O MPF também encaminhou uma solicitação ao Núcleo de Combate à Corrupção da unidade do MPF no Pará para que seja investigado se ocorreram atos de improbidade administrativa, crimes funcionais e de grilagem de terras por parte dos servidores públicos⁶².

Já há um processo em curso na esfera estadual, mas o MPF solicitou que o tema seja analisado na esfera federal.

O MPF informou que, em visitas às comunidades da região, coletou dados sobre impactos ambientais, econômicos e sociais com a implantação do projeto que poderiam afetar a população tradicional. De acordo com o órgão, os moradores relataram que “enfrentam problemas” como a diminuição das áreas de extrativismo e a contaminação da água dos rios. Também relataram a proibição de coletar açaí e mencionaram danos psicológicos, com as mudanças nas formas de trabalhar e buscar os alimentos.

Os moradores ribeirinhos citaram ainda ao MPF que há as ruínas de um cemitério antigo no terreno em que há previsão para construção do novo porto. Com o dado coletado, o MPF então pediu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que se manifeste sobre a existência do cemitério na área e sua importância histórica e arqueológica.

Consultada, a Cargill afirmou que “recebeu com surpresa” as intervenções do MPF nas ações judiciais referentes ao projeto de construção porto e que vai recorrer da ação. “A empresa, assim como os comunitários, anseia pelo diálogo e transparência e, desde que protocolou no órgão ambiental estadual (Semas) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), em 2017, a Cargill não tem medido esforços para dialogar com todos os atores sociais relacionados ao projeto, assim como tem cumprido o que determina a legislação brasileira todo o rito de licenciamento do projeto que tem para Abaetetuba.”

A empresa declarou ainda que a transferência do processo para a esfera federal “geraria insegurança jurídica” e “causaria um retrocesso nas discussões em andamento para assinatura de um acordo entre as partes, com vistas à execução das consultas prévias, livres e informadas previstas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. Segundo a Cargill, a própria União já havia manifestado “desinteresse na ação”.



PROBLEMA FAMILIAR

“Podemos afirmar que existe um claro problema de responsabilização dentro da empresa”, afirma Mathew Jacobson, diretor de campanhas da organização Stand.earth, que realiza ações para pressionar os Cargill-MacMillan, família controladora da Cargill, para que cumpra seus compromissos socioambientais⁶³.

“
COMO A COMPANHIA É DE CAPITAL FECHADO, ELES NÃO TÊM ACIONISTAS PARA PRESSIONAR POR MUDANÇAS OU COBRAR PARA QUE AS POLÍTICAS DA EMPRESA SEJAM SEGUIDAS
”

MATHEW JACOBSON
Diretor de campanhas
da organização Stand.earth

Jacobson lembra que “nas últimas décadas a Cargill assumiu diversos compromissos de alto nível para eliminar trabalho escravo, infantil e desmatamento de sua cadeia de produção”. Mas segundo ele, nada foi cumprido. “Eles se beneficiam da publicidade positiva que adotar estes compromissos traz, mas depois mudam as datas previstas para sua implementação e continuaram como se nada tivesse acontecido”.

A Cargill se compromete a ter uma cadeia livre de desmatamento na América do Sul até 2025⁶⁴, assim como seus concorrentes como a Bunge, por exemplo⁶⁵, e o varejo colocaram a mesma meta para aquele ano.

De acordo com Jacobson, a empresa age deliberadamente à margem da lei. “Como o juiz brasileiro que condenou a Cargill disse, eles estão intencionalmente virando as costas para os problemas em sua cadeia produtiva. Fazem o que querem”, diz.

“Mas é inaceitável que uma das famílias mais ricas do mundo esteja lucrando com trabalho escravo, trabalho infantil e com o desmatamento. Acho que é responsabilidade da família tomar o controle da companhia que leva seu nome, para que eles sejam lembrados como uma família que fez bem, ao invés de mal. Qual o legado eles querem deixar para o mundo?”

Para João Gonçalves, diretor sênior no Brasil da ONG Mighty Earth, “a coleção de fatos deixa claro que os mecanismos de devida diligência da empresa não funcionam e precisam ser revistos”. De acordo com ele, “a empresa não investe os recursos adequados tanto nas equipes que precisam monitorar as fazendas, quanto na profundidade das investigações necessárias para deixar de fora de sua cadeia de suprimentos o desmatamento na Amazônia e no Cerrado”.

Com relação ao trabalho escravo, que ocorre predominantemente na cadeia de cacau da Cargill, Gonçalves cita uma experiência de verificação e monitoramento de fornecedores que a empresa utiliza com sucesso em Gana e na Costa do Marfim, com 100% de rastreabilidade de produtores para o primeiro país, e 58% para o segundo. “Mas a empresa parece estar fazendo pouco esforço para aplicar a devida diligência no Brasil”, diz.

Com relação ao trabalho infantil, Gonçalves defende a implementação de “um Sistema de Monitoramento e Remediação do Trabalho Infantil [CLMRS, na sigla em inglês]” em 100% da cadeia de fornecimento de cacau da empresa “para enfrentar e prevenir o trabalho infantil”. O sistema CLMRS é um protocolo criado pela International Cocoa Initiative, uma instituição sem fins lucrativos que promove ações

e integra os diversos atores da cadeia do cacau para combater o trabalho escravo e infantil.

Este programa prevê a visita às fazendas por agentes o ano todo. Estes profissionais trabalham com os produtores em formações e palestras para “elevar a conscientização sobre os impactos do trabalho infantil, identificar incidentes e implementar a prevenção e remediação”⁶⁶. Atualmente ele está em vigor na Costa do Marfim, Camarões e Gana, onde atingiu mais de 47.000 produtores, de acordo com a empresa.

Em seu relatório de sustentabilidade e governança de 2022, a Cargill indicou que foram feitos “os preparativos iniciais”⁶⁷ para estabelecer um CLMRS no Brasil. “No entanto, até o momento, não há evidências de que isso tenha sido efetivamente implementado em seus fornecedores diretos e indiretos de cacau no Brasil”, diz o diretor da Mighty Earth.

Gonçalves destaca ainda que “a presença das piores formas de trabalho infantil nas fazendas de cacau surge devido à pobreza nas famílias produtoras de cacau”. Assim, a Cargill “também deve abordar a causa raiz do problema, e garantir que os agricultores recebam um preço justo por seu cacau”.

Por fim, Gonçalves defende a responsabilização da Cargill pelos impactos negativos de seus empreendimentos e que suas obras sejam embargadas até que os danos causados sejam corrigidos e que a “compensação seja plenamente entregue”. “Não existe mais espaço no mundo para uma expansão de produção ou comercial que viole os direitos humanos e pressione comunidades vulnerabilizadas”, diz o especialista da Mighty Earth.



POSICIONAMENTO DA CARGILL

Diversas reportagens da **Repórter Brasil** sobre a Cargill são mencionadas neste relatório e referenciadas nas notas de rodapé. Elas trazem o posicionamento da empresa, à época da publicação, sobre os casos abordados. A Cargill foi convidada novamente agora a atualizar seu posicionamento sobre tais casos e a comentar outros temas abordados neste Monitor. A íntegra das novas respostas enviadas segue abaixo:

“Sobre a história do cacau, por uma decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) de 2022, o caso tramita em segredo de justiça. Por esse motivo, a Cargill não pode comentar detalhes no momento. O que podemos afirmar é que a Cargill discorda das denúncias e da decisão proferida, contra a qual recorrerá ao Tribunal Superior. É importante esclarecer que a Cargill **não tolera** tráfico humano, trabalho forçado ou infantil em suas operações ou cadeia de suprimentos. Tomamos medidas para entender os potenciais problemas, ao mesmo tempo que continuamos

trabalhando ativamente para proteger os direitos humanos, com um comprometimento firme de proteger os direitos da criança em todo o mundo. Apoiamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU de promover trabalho decente para todos, incluindo o objetivo de eliminar o trabalho infantil. No Brasil, todos os fornecedores são verificados em relação às listas de embargo do governo e, se forem identificadas violações, tomamos medidas imediatas para suspender o fornecedor. Essa meta será atingida como parte do programa “Cargill Cocoa Promise”, o qual inclui as regiões de origem no Brasil. A Cargill também é signatária da iniciativa multissetorial “Cocoa Action”, uma ação pré-competitiva que alinha diferentes atores da cadeia para catalisar esforços e endereçar problemas prioritários para a sustentabilidade do cacau. Em mais de seus 56 anos presente no Brasil, a Cargill tem demonstrado esse comprometimento na observância e conformidade com todas

as leis vigentes e aplicáveis aos seus negócios. Levamos esse compromisso a sério e exigimos que nossos fornecedores e parceiros se juntem a nós na priorização da segurança, bem-estar e dignidade dos indivíduos. Mais informações sobre o compromisso da Cargill com os ODS-08 especificamente para cadeia do cacau podem ser encontradas [aqui](#).

A Cargill tem divulgado os avanços para alcançar cadeias de suprimentos mais sustentáveis e transparentes no mundo todo – incluindo o Brasil. Você pode conferir a edição mais recente do nosso relatório de ESG [aqui em inglês](#) ou [aqui em português](#). Assim que divulgarmos os novos números, te mando para conhecimento.

Vale lembrar que a história da Cargill no Brasil começou em 1965 e, desde que chegou ao País, a empresa tem atuado na produção de alimentos e também para avançar na transformação em todos estes setores que você mencionou. Em muitos deles – senão todos! –, a solução passa por uma atuação em conjunto com outras empresas, associações, produtores, consumidores e especialistas. Vamos continuar avançando e mantendo a comunicação transparente que inclui relatórios como o de ESG.”

Sobre a suspeita de grilagem nas terras de Abaetetuba (PA), a Cargill respondeu:

“A Cargill recebeu com surpresa as intervenções do Ministério Público Federal (MPF) nas ações judiciais referentes ao projeto de construção do Terminal de Uso Privado em Abaetetuba, no Pará. A empresa, assim como os comunitários,

anseia pelo diálogo e transparência e, desde que protocolou no órgão ambiental estadual (Semas) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), em 2017, a Cargill não tem medido esforços para dialogar com todos os atores sociais relacionados ao projeto, assim como tem cumprido o que determina a legislação brasileira todo o rito de licenciamento do projeto que tem para Abaetetuba.

A empresa acredita que uma transferência do processo em curso na Justiça Estadual do Pará para a esfera federal, geraria insegurança jurídica e causaria um retrocesso nas discussões em andamento para assinatura de um acordo entre as partes, com vistas à execução das consultas prévias, livres e informadas previstas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é objeto da referida ação, que segue paralela ao protocolo de licenciamento ambiental conduzido pela Semas estadual. Inclusive, havia ficado definido no processo que o Estado do Pará ficaria responsável por elaborar um plano de trabalho para a delimitação geográfica das consultas e cronograma de execução. Ademais, a própria União já havia manifestado seu desinteresse na ação, a qual tem INCRA e Fundação Palmares como terceiros interessados.

A empresa vai recorrer e continuar trabalhando com os órgãos competentes, sempre agindo com respeito às leis locais e confiante que a decisão vai ser de interesse público. Essa tem sido uma das marcas da empresa, que opera no Brasil desde 1965, e tem como princípios éticos a condução dos seus negócios com integridade e o compromisso com uma cidadania global responsável.” ■

NOTAS

- 1 <https://www.cargill.com.br/en/cargill-at-a-glance>
- 2 <https://www.cargill.com.br/en/company-overview>
- 3 <https://www.forbes.com/companies/cargill/?sh=2a56d9ea1960>
- 4 <https://www.forbes.com/lists/largest-private-companies/?sh=69c852efbac4>
- 5 <https://www.theguardian.com/news/2022/apr/17/soaring-food-prices-push-more-cargill-family-members-on-to-world-richest-500-list>
- 6 https://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre
- 7 https://www.cargill.com/static/brazil_sustainability_report/2021/index.html
- 8 https://www.cargill.com.br/pt_BR/produtos-de-consumo
- 9 <https://globo.rural.globo.com/agricultura/milho/noticia/2023/02/cargill-ve-brasil-lider-na-exportacao-de-milho-em-ate-tres-anos.ghtml>
- 10 <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/02/o-que-empurra-a-gigante-cargill-a-uma-frenetica-corrida/>
- 11 <http://www.aipc.com.br/>
- 12 https://www.cargill.com.br/pt_BR/santar%C3%A9m
- 13 https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto_santarem
- 14 http://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre
- 15 forbes.com.br/forbesagro/2023/02/o-que-empurra-a-gigante-cargill-a-uma-frenetica-corrida/
- 16 https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432224619925/2021-cargill-annual-report-brazil.pdf
- 17 <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>
- 18 <https://www.cargill.com/2023/cargill-announces-commitment-to-eliminate-deforestation>
- 19 <https://www.cargill.com/doc/1432226849410/cargill-esg-2022-soy-portuguese-report.pdf>
- 20 http://www.cargill.com/static/brazil_sustainability_report/2021/index.html
- 21 <https://www.cargill.com/doc/1432226849410/cargill-esg-2022-soy-portuguese-report.pdf>
- 22 https://www.cargill.com/static/brazil_sustainability_report/2021/index.html
- 23 <https://oeco.org.br/colunas/o-fracasso-ambiental-do-governo-de-jair-bolsonaro/>
- 24 <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-verdade-sobre-a-amazonia-sob-o-governo-bolsonaro/>
- 25 <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/taxa-de-desmatamento-na-amazonia-cai-22-3-em-2023-1>
- 26 <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/mma-divulga-prodes-cerrado-e-plano-para-o-bioma>
- 27 <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes#:~:text=0%20projeto%20PRODES%20realiza%20o,o%20estabelecimento%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas>
- 28 https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf
- 29 http://www.cargill.com/static/brazil_sustainability_report/2021/index.html
- 30 <https://reporterbrasil.org.br/2023/04/cargill-amaggi-e-cofco-compram-soja-de-familia-com-area-embargada-e-incendiada-no-mato-grosso/>
- 31 <https://reporterbrasil.org.br/2023/04/integra-das-manifestacoes-de-cargill-amaggi-cofco-bunge-e-abiove/>
- 32 <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/soja-pirata-cultivada-na-amazonia-acelera-desmatamento-e-tem-participacao-de-gigantes-do-agro/>
- 33 <https://reporterbrasil.org.br/2022/01/cargill-compra-soja-de-fazenda-que-desmatou-na-amazonia-e-descumpre-pacto-do-setor/>
- 34 <https://reporterbrasil.org.br/2022/01/integra-das-respostas-enviadas-a-reportagem-sobre-a-compra-de-soja-pela-cargill-oriunda-de-areas-desmatadas-da-amazonia/>
- 35 <https://reporterbrasil.org.br/2022/01/integra-das-respostas-enviadas-a-reportagem-sobre-a-compra-de-soja-pela-cargill-oriunda-de-areas-desmatadas-da-amazonia/>
- 36 <https://reporterbrasil.org.br/2023/05/gigantes-do-agro-compram-soja-de-fazendeiros-multados-por-plantio-em-terra-indigena-embargada-em-mt/>
- 37 <https://globoplay.globo.com/v/7462666/>
- 38 <https://reporterbrasil.org.br/2023/05/integra-dos-esclarecimentos-de-empresas-de-soja-e-abiove-sobre-lavouras-embargadas-nas-tis-paresi/>
- 39 <https://reporterbrasil.org.br/2023/04/integra-das-manifestacoes-de-cargill-amaggi-cofco-bunge-e-abiove/>
- 40 <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/cultivando-violencia-licenca-para-desmatar/>
- 41 <https://www.unbciencia.unb.br/humanidades/50-antropologia/631-geraizeiros-uma-historia-de-luta-pelo-cerrado-brasileiro>
- 42 <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/bunge-e-cargill-compram-soja-contaminada-por-violencia-e-desmatamento-do-agronegocio-estrondo-diz-greenpeace/>
- 43 <https://reporterbrasil.org.br/estrondo/>

- 44 <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/integra-das-respostas-de-bunge-e-cargill-sobre-compras-do-agronegocio-estrondo/>
- 45 <https://www.cargill.com/doc/1432226681760/esg-2022-portuguese-report.pdf>
- 46 <https://www.cargill.com/doc/1432136529974/cargill-commitment-on-human-rights.pdf>
- 47 <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/justica-condena-cargill-por-trabalho-escravo-e-infantil-de-fornecedores-de-cacau/>
- 48 <https://reporterbrasil.org.br/2023/09/integra-da-nota-enviada-pela-cargill/>
- 49 <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Monitor-6-Cacau-PT.pdf>
- 50 <https://www.cargill.com/doc/1432136529974/cargill-commitment-on-human-rights.pdf>
- 51 <https://www.cargill.com/doc/1432226681760/esg-2022-portuguese-report.pdf>
- 52 <https://www.cargill.com/doc/1432226681760/esg-2022-portuguese-report.pdf>
- 53 <https://reporterbrasil.org.br/2021/04/cicatrizes-da-soja-trabalhadores-de-porto-em-rondonia-relatam-lesoes-e-abusos-em-empresa-contratada-pela-cargill/>
- 54 <https://reporterbrasil.org.br/2021/04/integra-das-respostas-da-cargill-e-da-bertolini/>
- 55 https://www.cargill.com.br/pt_BR/esta%C3%A7%C3%A3o-de-transbordo-de-cargas-em-miritituba
- 56 <https://www.itaituba.pa.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-ordinarias-de-2012/leis-ordinarias-da-2012-9>
- 57 https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/RIMA_ETC_Cargill.pdf
- 58 <https://reporterbrasil.org.br/2023/10/porto-cargill-amazonia-impactos-populacao/>
- 59 <http://www.namaocerta.org.br/instituto.php>
- 60 <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/03/2015&jornal=1&pagina=71&totalArquivos=140>
- 61 <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-suspensao-de-porto-da-cargill-em-abaaetetuba-pa-por-indicios-de-grilagem>
- 62 <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-suspensao-de-porto-da-cargill-em-abaaetetuba-pa-por-indicios-de-grilagem>
- 63 <https://burninglegacy.org/legacy/>
- 64 <https://www.cargill.com/2023/cargill-announces-commitment-to-eliminate-deforestation>
- 65 <https://reporterbrasil.org.br/2023/05/bunge-promete-desmate-zero-em-2025-mas-seus-fornecedores-derrubaram-11-mil-hectares-de-cerrado-em-2-anos/>
- 66 <https://www.cargill.com/doc/1432219233265/2022-esg-report-all.pdf>
- 67 <https://www.cargill.com/doc/1432219233265/2022-esg-report-all.pdf>

MONITOR #21

MARÇO 2024

